

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

JAQUELINE FÁTIMA DOS ANJOS

**IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMBATE A VIOLÊNCIA À CRIANÇA E O
ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO**

CURITIBA

2016

JAQUELINE FÁTIMA DOS ANJOS

**IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMBATE A VIOLÊNCIA À CRIANÇA E O
ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO**

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Especialista no curso de
especialização em Gestão Pública da
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio Prado
Gimenez

CURITIBA

2016

RESUMO

O objetivo geral desse projeto técnico é potencializar a cooperação dos setores envolvidos e da sociedade, o Sistema de Garantia de Direitos e o conjunto de políticas e serviços, para que as necessidades das crianças e adolescentes em seu peculiar estado de desenvolvimento possam ser respondidas de modo qualificado e adequado. A intenção é estimular um processo de intercâmbio entre as múltiplas formas de solidariedade, vivências e ações educativas implantadas em vários projetos e programas para reverter o quadro de violência que muitas crianças e adolescentes vivenciam. Para tanto, propõe-se a articulação, formação e estruturação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco no município de Quatro Barras. Concluiu-se que com a estruturação e funcionamento pleno da rede, a geração de dados possibilitará a criação de novas políticas públicas que atenderão as demandas e reduzirão os índices de violência. A rede também permitirá a formação de relações pessoais de valor intangível e não econômico, do fortalecimento de relações sociais permanentes gerando sentimento comunitário sólido.

Palavras-chave: rede, combate à violência, criança e adolescente.

ABSTRACT

The general objective of this technical project is to strengthen the cooperation of the sectors involved and society, the Rights Guarantee System and the set of policies and services so that the needs of children and adolescents in their peculiar state of development can be answered in order qualified and appropriate. The intention is to encourage a process of exchange between multiple forms of solidarity, experiences and educational activities implemented in various projects and programs to reverse the situation of violence that many children and adolescents experience. Therefore, we propose the joint formation and structure of the Protection Network for Children and Adolescents at Risk in the city of Quatro Barras. It was concluded that with the structuring and full operation of the network, the generation of data enable the creation of new public policies that will meet the demands and reduce the levels of violence. The network will also allow the formation of personal relationships of intangible and non-economic value, the strengthening of permanent social relations generating solid sense of community.

Keywords: network, combating violence, children and adolescents.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 APRESENTAÇÃO	4
1.2 OBJETIVO GERAL	5
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
1.4. JUSTIFICATIVA.....	7
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	8
3. DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO	15
3.1 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	16
4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	
4.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO	19
4.1.2 RECURSOS.....	20
4.1.3 RESULTADOS ESPERADOS.....	20
4.1.4 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVA.....	21
5. CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

1. Introdução

A atualidade apresenta características e moldes de expressivo desenvolvimento. Neste contexto, é cada vez mais comum ouvir o termo “trabalho em rede”, com o intuito de caracterizar uma nova forma de organização das atividades humanas. Para compreender esse conceito de rede é importante citar que a rede não é apenas a soma de esforços. É uma maneira de entrelaçar esses esforços de tal modo que, juntos, adquire-se a potencialidade capaz de ultrapassar as capacidades individuais de cada um. Assim, o trabalho em rede, além de ser uma forma privilegiada de somar forças, é também uma ótima opção para trabalhar de forma articulada permitindo o desdobrar das habilidades de todos os envolvidos, conseqüentemente haverá garantia de maior eficácia no trabalho e maior eficiência nos resultados. Parte importante da rede são os “nós”, termo usado para designar os problemas ou empecilhos que permitiram ao conjunto de indivíduos se tornarem uma rede. Estes nós, nascem do vínculo, da relação e principalmente da comunicação entre as partes envolvidas. Os nós feitos de forma errada acabam prejudicando o trabalho de toda a rede, como o elo de uma corrente que se parte, torna-se um empecilho, um problema. E esse é o maior desafio do trabalho em rede: como entrelaçar e unir os sujeitos envolvidos e quais relações e vínculos estabelecer? É a resposta para essas perguntas que pode facilitar a definição quanto aos modelos possíveis de redes, que podem funcionar como redes horizontais, focadas na articulação entre partes iguais, ou inter-relacionais focadas em um objetivo comum, de forma mais dinamizada, articulada, com um funcionamento coordenado e fortalecido no campo de articulação, entre outros modelos.

1.1 Apresentação

A violência nas suas diversas formas é uma das principais causadoras do aumento dos custos sociais com cuidados em saúde e previdência, contribuí

fatidicamente para a perda da qualidade de vida dos cidadãos, produz altos índices de absenteísmo ao trabalho e à escola e é uma das principais causas da desestruturação familiar.

Interessado em confrontar o impacto causado por esses dados, o Governo Federal através do Ministério da Saúde, ao longo dos anos, vem mobilizando setores em todas as esferas da sociedade, com o intuito de desenvolver diretrizes, definir propósitos, atribuir responsabilidades institucionais e principalmente articulação intrasetorial e intersetorial com o fim de orientar a criação de Redes de Enfrentamento às violências. O contexto no qual nasce essa nova forma de trabalho é o período pós Constituição de 1988, no qual a Assistência Social foi elevada à condição de política pública e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Foi delegado aos municípios o grande desafio de buscar a efetiva operacionalização das políticas públicas de proteção às pessoas vítimas de violência, incluindo nessa esfera as crianças e adolescentes, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Após a mudança ocorrida na área social o setor da saúde deu um grande passo nessa longa caminhada com a implantação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes e Violência, instituída pela Portaria nº 737, de 16 de maio de 2001 do Ministério da Saúde

Baseado na realidade que exige o desenvolvimento de novas estratégias de sobrevivência, destaca-se a contribuição das Redes Sociais e Organizacionais para fortalecer potencialidades e competências, através da promoção da integração entre organizações e indivíduos.

Este projeto técnico pretende estruturar a Rede de Combate a Violência à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco no município de Quatro Barras, onde o serviço ainda é prestado de forma desarticulada por órgãos públicos que trabalham e atuam de forma isolada, o que muitas vezes causa ações ineficazes.

1.2 Objetivo Geral

A ideia é potencializar a cooperação dos setores envolvidos e da sociedade, o Sistema de Garantia de Direitos e o conjunto de políticas e serviços, para que as necessidades das crianças e adolescentes em seu peculiar estado de desenvolvimento possam ser respondidas de modo qualificado e adequado. A intenção é estimular um processo de intercâmbio entre as múltiplas formas de solidariedade, vivências e ações educativas implantadas em vários projetos e programas para reverter o quadro de violência que muitas crianças e adolescentes vivenciam. É importante que todos os integrantes da comunidade e dos órgãos públicos, as próprias crianças e seus familiares possam contribuir na defesa dos direitos desse segmento da população, participando do movimento de enfrentamento da violência.

1.3 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral acima serão necessárias a articulação, formação e estruturação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco no município de Quatro Barras.

Capacitar pais, escolas, e todos os demais responsáveis, incluindo as crianças e adolescentes, a reconhecer a violência e tornar os próprios sujeitos capazes de modificar sua realidade;

A capacitação de multiplicadores para o desenvolvimento de habilidades em identificação e intervenção no problema e criação de uma cultura de incentivo e valorização da infância e da adolescência;

Mobilização dos setores envolvidos com o intuito de conscientizar cada um da responsabilidade que lhe cabe nessa rede;

Marcar reuniões periódicas onde haverá a instrução, operacionalização, definição de fluxo de atendimento, formalização da rede e a confecção de um protocolo de atendimento;

Cada órgão envolvido deverá indicar um representante que participará das reuniões periódicas e levar as informações para os demais profissionais através de micro reuniões;

Em um segundo momento quando essa rede estiver em funcionamento essas reuniões deverão discutir casos e suas possíveis soluções, articulando ações entre os envolvidos, dando encaminhamento aos casos apresentados, cobrando providências de autoridades competentes, para enfim tratar de forma adequada e eficaz um problema tão complexo e frequente.

1.4. Justificativa

Um dos assuntos mais estudados no mundo das organizações contemporâneas é o que trata de redes organizacionais sendo que as maiores demandas da sociedade na área pública exigem serviços que sejam prestados em tempo adequado, de qualidade e que respeitem a diversidade de usuários e suas expectativas, exigindo dos órgãos públicos capacidade de atendimentos inovadores e flexíveis, e do Estado que mude a sua forma de se relacionar com o ambiente externo, pois já não detém mais o monopólio na prestação de serviços públicos. Atualmente são implantadas formas alternativas que contam com a participação de diversas organizações estatais e não estatais, formando assim uma rede de prestação de serviços públicos onde o agrupamento dessas organizações possa atender as demandas da sociedade em toda a sua pluralidade.

A violência contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos. É um fenômeno complexo e de muitas faces, de ocorrência mundial e que geralmente tem uma ligação estreita com fatores culturais, sociais e econômicos. No Brasil, atinge milhares de meninos e meninas cotidianamente – muitas vezes de forma silenciosa, comprometendo sua qualidade de vida e seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. As experiências de enfrentamento da violência mostram que somente o envolvimento de todos os atores sociais é capaz de produzir resultados positivos na prevenção e no atendimento de crianças e adolescentes.

É nesse contexto que órgãos públicos, famílias e sociedade devem estar preparados para reconhecer, tratar e combater a violência, maus-tratos e abuso nas crianças e nos adolescentes. A integração dos diversos segmentos é de extrema relevância tanto para campanhas educativas, ajudando as

crianças e suas famílias a lidar de forma consciente e saudável com a sexualidade, quanto na notificação dos casos de violência sexual e no encaminhamento de serviços às crianças e adolescentes. A implantação da Rede de Combate a Violência contra a Criança e o Adolescente no município de Quatro Barras se faz necessária pela grande demanda, pela necessidade de estruturação do serviço e pela geração de dados estatísticos com o fim de direcionar as políticas públicas e o acesso a programas do governo que possibilitem a prevenção e tratamento do problema ligado à violência contra à criança e o adolescente.

2. Revisão Bibliográfica

A formação das Redes Públicas de Cooperação acontece através da parceria entre os setores organizados da sociedade e o setor público, com o intuito de integrar ações que visam agilidade no atendimento às demandas de emergência e a garantia de acompanhamento das ações por equipes multidisciplinares, garantindo a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a efetividade dos serviços, a valorização do capital social, cumprimento das metas do governo e a valorização do capital político.

De acordo com Oliveira (2006, p. 57), citado por Malmegrin (2011, p. 19), “as redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de maneira democrática e participativa, em torno de causas afins com atuações colaborativas capazes de se sustentar pela vontade e afinidade de seus integrantes”.

No entendimento de Inojosa (1999), citado por Malmegrin (2011, p. 19), “as redes são parcerias voluntárias criadas para a realização de um propósito comum. Implica, nesse sentido, a existência de entes autônomos movidos por uma ideia abraçada coletiva e livremente, a qual mantém sua própria identidade e articula-se para realizar objetivos comuns”.

A rede potencializa a atuação mais abrangente e multidisciplinar de um conjunto de atores, de diversas instituições que têm o mesmo foco temático na

consecução da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

“A REDE não é um simples ajuste técnico, metodológico e administrativo, mas implica uma mudança cultural e comportamental. É uma oportunidade estratégica de construção de ambientes para novas posturas e de instrumentos de apoio que fazem parte de um processo de mudança em curso. ” (Banco Nacional do Desenvolvimento Social, 2002, p. 18).

Trabalhar em rede está intimamente ligado com a expressão cooperar, podendo carregar significados diversos, desde a ajuda mútua entre vizinhos, amigos e colegas de trabalho e demais ações que nascem da cooperação. Nas organizações públicas a expressão traz significado de fortalecimento, ações conjuntas que gerem mudança da realidade atual, sejam nas ações em comunidades necessitadas de ajuda material, sejam trabalhando com a conscientização e prevenção e principalmente colocando em prática as políticas públicas em favor dos necessitados. O ato de cooperar e a busca pela melhoria constante traduzem na força das redes de cooperação o trabalho desenvolvido e que tem o respaldo de ambos os setores, seja o poder público seja os setores organizados da sociedade.

São inúmeras as formas de estabelecer as redes de cooperação, e a cada dia nascem cooperativas, associações, (ONGS) Organizações Não Governamentais, que em conjunto com a gestão pública municipal desenvolvem trabalhos que afetam direta e indiretamente a vida de cada cidadão.

De acordo com Grandesso e Barreto (2007) o aumento na utilização das várias formas de redes, indica a utilização da interdisciplinaridade como um instrumento de otimização de recursos. Para o correto entendimento sobre o funcionamento das redes é preciso entender uma grande quantidade de conceitos técnicos.

Segue uma breve análise de algumas tipologias e termos usados para expressar partes que compõe uma rede de acordo com Marcon e Moinet (2000, p. 113):

1. Redes Formais: são o resultado das relações estabelecidas por instrumentos contratuais, são formalizadas, organizada de forma explicita, com fronteiras bem definidas;

2. Redes Informais: não tem o estabelecimento contratual, os participantes têm independência, a qual é guiada pelos interesses comuns, eles se mantêm pela confiança no grupo, flexível e organiza-se de acordo com as necessidades de atendimento;;

3. Redes Verticais: existe a interdependência hierárquica, um sujeito coordena e controla os esforços de todos os demais, órgãos diferentes, cada qual desenvolve e executa uma parte da cadeia de produção;

4. Redes Horizontais: são sujeitos independentes participantes de uma mesma cadeia produtiva, atuando em conjunto de forma colaborativa, órgãos do mesmo segmento que compartilham recursos;

5. Ator: são os indivíduos, grupos, comunidade, órgãos, responsáveis pelo andamento das ações, por provocar as mudanças no seu contexto. Os atores fazem a rede tomar corpo com o objetivo final de tornar a ação mais efetiva e concreta na vida dos cidadãos. Quando é formada por atores do mesmo tipo são chamadas de Redes unimodais;

6. Elos: é a relação estabelecida entre os atores da rede. Podendo ser estabelecidas por razões de interação, objetivos comuns, transferência de recursos.

7. Nó: as redes geralmente são formadas por um conjunto vários nós, que são os pontos de maior relevância da rede;

Levando em consideração que as instituições evoluem no sentido de uma complexidade e de uma diferenciação constante, a rede em questão deve seguir um modelo que seja adequado para distinguir aspectos de estruturas inter-relacionadas e de múltiplos níveis da realidade, dando igual grau de importância a todos os componentes, que deverão estar em constante comunicação e cooperação entre si. A rede deve apresentar estabilidade temporal através de um mecanismo formal, que garantirá sua continuidade e permanência. Assim, o modelo mais adequado é de uma rede formal com dimensão da cooperação de forma horizontal, ou seja, organizada de forma explícita, com fronteiras, atribuições e resultados bem delineados, e fluxo unidirecional com pontos de origem e destino bem definidos, visando a facilidade de comunicação entre os elos e a coerência no compartilhamento entre os objetivos da rede e seus atores.

É de grande importância a cooperação como uma forma de acordo para instituir alianças estratégicas, permitindo a redução das incertezas e conjugando vantagens com a intenção de obter benefício global superior ao alcançado em ação individual. Num contexto de cooperação em rede, tanto informal, como formal, as atividades são levadas a cabo numa lógica de sistema, através de uma dinâmica gerida e induzida pelos diversos atores, tendo como base a complementaridade das competências e recursos. Assim, uma rede de cooperação engloba a atividade, ou conjunto de atividades, desenvolvidas por um conjunto de intervenientes onde determinados recursos são partilhados, com vista à otimização dos resultados e com retorno para todos os envolvidos (WITTMAN, 2004).

Para a concretização dos objetivos de uma rede, exige-se a constante interações entre os atores. Porém, para haver governança de redes, é necessário ignorar uma parceria hierarquicamente imposta para determinar qual o grau de governança existente. A organização de uma rede deve ser feita através da análise das suas características fundamentais, indicando assim quais pontos definem sua forma de atuação. No caso de uma rede de cooperação a Governança caracteriza-se pela ação conjunta de atores oriundos de diferentes segmentos.

Para Le Galés (2004, apud CRUZ 2006, p.76), governança é um processo coordenado de atores para alcançar objetivos comuns, onde os mesmos devem interagir constantemente, orientando, discutindo e definindo coletivamente as ações. Essa interação é o que legitima as ações a rede.

Franco (2004, p.12) associa governança à cooperação, os atores devem participar ativamente, tomar decisões coletivamente e o fluxo de informações deve ser compartilhado de forma a proporcionar um ambiente facilitador, focando sempre na co-responsabilização de todos os participantes.

Cruz, Martins e Quandt (2006) dizem que a governança provoca mudanças importantes tornando as organizações menos hierárquicas, o que estimula a responsabilidade, a troca de informações e o envolvimento dos diferentes atores no processo de decisão.

Cruz, Martins e Quandt (2008, p.. 18) afirmam que é importante observar a existência de alguns pré-requisitos para a formação de uma rede de cooperação:

1. Socialmente é importante a preexistência do conjunto de organizações para a execução dos propósitos específicos;
2. No plano estatal, devem estar instituídos os órgãos que executarão os propósitos específicos, devidamente separados por setores de governo;
3. O enfrentamento de situações-problema complexas identificadas requer intervenção por agente intersetorial ou interorganizacional;
4. A formação da rede não deve causar prejuízo da autonomia de cada uma das unidades integrantes mesmo tendo o objetivo de ação conjunta e cooperativa na soma dos esforços voltados ao enfrentamento da situação-problema. Os integrantes da rede deverão manter a identidade e prosseguir com as atividades específicas de cada unidade.

Uma Rede forte e atuante no município é garantida realização de um atendimento qualificado, um plano de qualificação e requalificação profissional para um efetivo trabalho interdisciplinar, de um orçamento municipal que prioriza as problemáticas relativas à infância e de um plano de ação detalhado e pactuado entre os vários setores sociais.

A mobilização social com relação à violência contra crianças e adolescentes começou a ter expressão política na década de 1990, quando foi assegurada juridicamente às crianças e aos adolescentes brasileiros a condição de sujeitos de direitos, ao mesmo tempo em que se desvelou a dificuldade de garantir um ambiente justo e protetor para um desenvolvimento integral e integrado. O tema foi preconizado na Constituição Federal Brasileira (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90).

A violência contra crianças e adolescentes passou a ser compreendida como um fenômeno ocorrente em consequência de fatores ligados às relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres. Reforçando assim, que no contexto histórico-social de violência endêmica, no qual a violência infantil está inserida, prevalece uma cultura de dominação e de discriminação social, econômica, de gênero e de raça. A partir do momento em que o assunto foi focalizado como problema social, passou a

ser analisado levando em consideração diversas interfaces, se tornando visível além do âmbito familiar privado onde até então encontrava-se recluso.

Providências foram tomadas em relação ao tema do abuso e da violência infantil, colocando-o em um lugar de destaque na agenda pública brasileira, com o compromisso de priorizar as ações de combate a esse problema. Com ações que propõe a construção de uma cultura de proteção e respeito aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, o que significa criar relações de trocas afetivas e de aprendizagem, coibir os abusos, enfrentar as ameaças, proteger os vulneráveis, as testemunhas e finalmente responsabilizar, oferecendo serviços psicossociais a autores de violência sexual.

A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra crianças. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade. (ABRAPIA, 2002, p 122)

Segundo o Relatório das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças (2001, pag. 312) a violência contra crianças e adolescentes, se apresenta de muitas formas que por sua vez são influenciadas por diversos fatores, incluindo principalmente o seu ambiente cultural e físico. Porém, a maioria dos casos de violência cometidos contra crianças continuam camuflados por muitas razões. Sendo as principais: O medo que a criança tem de denunciar incidentes de violência contra elas, os pais que deveriam proteger seus filhos, permanecem em silêncio se a violência for cometida por um cônjuge ou outro familiar, um membro mais poderoso da sociedade, como um empregador, um policial ou um líder comunitário. Esse medo está intimamente ligado ao estigma associado às denúncias de violência, particularmente em cidades pequenas, onde a família é facilmente identificada. Muitos casos de violência se tornam invisíveis porque as vítimas muitas vezes não dispõem de mecanismos seguros ou confiáveis para denunciá-la. Geralmente as pessoas não têm um vínculo com algum tipo de serviço público em que elas confiem, particularmente em áreas rurais, não há nenhuma autoridade acessível à qual elas possam denunciar atos de violência.

A violência em suas diversas formas pode, particularmente, gerar ostracismo, mais violência ou morte, além de serem violações de direitos humanos, causam danos profundos no bem-estar físico, sexual, reprodutivo, emocional, mental e social do indivíduo e da família. Os desfechos imediatos e a longo prazo na saúde que foram associados a esses tipos de violência incluem traumatismos físicos, gravidez indesejada, aborto, complicações ginecológicas, infecções sexualmente transmissíveis (incluindo HIV/Aids), transtorno de estresse pós-traumático, entre outros. Além disso, comportamentos de alto risco, como tabagismo, uso nocivo de álcool e drogas e sexo não seguro são significativamente mais frequentes entre as vítimas de violência na infância. A carga esmagadora da violência (física, sexual e emocional) sofrida por crianças gera consequências em grande escala em inúmeros países. Ao mesmo tempo, registraram-se marcadamente poucos esforços para a prevenção precoce da violência. Assim, a implantação de serviços bem elaborados e adequadamente implantados para as vítimas precisam ter uma importância vital. A falta de uma abordagem de prevenção baseada em dados evidentes deve-se a não realização de pesquisas e de atividades de defesa dessa causa e também ao conjunto complexo de fatores que aumentam a probabilidade da violência realmente acontecer. Nesses fatores estão inclusos desigualdade de gênero, desigualdade econômica, problemas comportamentais (como uso nocivo de álcool), e outros tipos de violência como abuso na infância (PREVENT CHILD ABUSE AMERICA, 2001).

Devido à natureza da violência, sua ocorrência e impactos são frequentemente “ocultos”, resultando em uma significativa subestimação do nível real do dano causado. Contudo, pesquisas baseadas nessa parcela da população revelam que essas formas de violência são comuns e levam a uma vasta gama de problemas físicos, mentais e de saúde sexual a curto e longo prazo (HEISE; GARCIA-MORENO, 2002; JEWKES; SEM; GARCIA-MORENO, 2002). A violência intrafamiliar produz muito frequentemente impactos negativos no bem-estar emocional e social de toda a família, com efeitos adversos nas competências parentais e nos resultados educacionais e laborais. Algumas crianças oriundas de domicílios onde existe violência podem apresentar altas taxas de problemas comportamentais e emocionais, os quais podem resultar em maiores dificuldades com educação e emprego, muitas

vezes levando a abandono escolar precoce, delinquência juvenil e gravidez precoce (ANDA et al., 2001; DUBE et al., 2002).

De acordo com Dolabella, (2011) para a saúde pública, as práticas preventivas podem ser classificadas como:

1. Primária – quando se trabalha de forma preventiva, antes que a violência ocorra, por exemplo, campanhas de conscientização, programas de saúde nas escolas;

2. Secundária – quando o objetivo do serviço de saúde é dar respostas mais rápidas às violências ocorridas, por exemplo, pronto atendimento, atendimentos de emergências e tratamento imediato para doenças sexualmente transmissíveis decorrentes de estupro, atendimento a mulheres e crianças vitimizadas;

3. Terciária – chamamos de atenção terciária quando o serviço tem o objetivo de trabalhar a longo prazo as sequelas deixadas pela violência, como uma tentativa de reduzir os traumas, por exemplo, serviços de reabilitação e reintegração que tentam diminuir os danos ou reduzir a incapacidade a longo prazo, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

É comum, por parte das autoridades de saúde negligenciar a prevenção primária e direcionar a maior parte dos recursos à prevenção secundária e terciária, isso ocorre pela dificuldade dos serviços de saúde em identificar as causas subjacentes focando somente nos sintomas mais visíveis, principalmente porque a abordagem da saúde pública baseia-se em evidências, em definir, quantificar e enumerar estatísticas, para poder especificar com mais precisão a natureza, escala, distribuição geográfica e a exposição ao risco de sofrer violência. Assim, fica mais fácil determinar a razão da ocorrência do problema e tratar as causas e correlatos, adaptando os programas de forma local facilitando a avaliação da sua eficácia.

3. Descrição geral da organização

Quatro Barras possui um território de 169,47 km². Deste total, 30% são de áreas urbanas e 70% de áreas rurais ou de preservação. Situada a 21 km de Curitiba, tem uma população estimada de 20 mil habitantes (IBGE, 2010).

Situada entre a BR 116 e a PR 476 é caminho para as praias e portos do Paraná.

A organização onde o projeto será desenvolvido é a Prefeitura de Quatro Barras, composta por quatorze secretarias, das quais quatro deverão participar ativamente na rede de proteção. Orçamento anual estima-se em R\$ 69.520.54,49, deste valor o destinado para saúde é de R\$ 11.627.201,00 e educação R\$ 15.412.917,96 de acordo com a Lei municipal nº 869 de dezembro de 2014 que define o Plano Plurianual dos anos de 2014 a 2017. A prefeitura tem seu prédio principal localizado no centro da cidade, uma subprefeitura no Bairro Borda do Campo, nove unidades básicas de saúde, doze creches, seis escolas municipais e três escolas estaduais. Possui 1.135 funcionários ativos.

As secretarias atuam de forma desarticulada, não existe um sistema integrado de processos, protocolos, rede de fluxo de dados e nem mesmo o sistema de materiais é integrado, cada secretária tem seu próprio estoque de materiais, ou seja, é enraizada a cultura de que cada secretaria trabalha de forma independente. Por tanto, a implantação da Rede de Combate à Violência Contra a Criança e o Adolescente em Situação de Risco, vai exigir mais que uma mudança organizacional, vai exigir uma mudança cultural.

Nos locais onde existe a coleta de dados, os mesmos nem sempre são registrados de forma correta, não gerando informações íntegras, coerentes ou transparentes. Para que haja informações de qualidade, é essencial investir em capacitação profissional no tema da notificação das violências.

3.1 Diagnóstico da situação problema

Por se tratar de um município de pequeno porte e de população em sua maioria residente em área rural a tendência dos problemas é ficar esquecido, escondido em áreas de pouco acesso e circulação limitada de pessoas.

A abordagem da saúde pública na área rural do município é precária, necessita de programas mais ativos que contem com o uso de dados populacionais para descrever o problema, seu impacto, fatores de risco e de proteção associados, enquanto aproveita as evidências científicas para

estratégias de prevenção eficazes, promissoras e indicadas teoricamente, podendo garantir assim que todas as políticas e os programas incluam mecanismos de monitoramento e avaliação. Devem ser realizados estudos e levantamentos que possam ajudar na identificação precoce de fatores de risco e dos melhores momentos para interromper o desenvolvimento de trajetórias que rumam a esse tipo de comportamento, utilizando uma abordagem de prevenção primária. A intervenção precoce pode promover uma prevenção primária bem-sucedida. A estruturação da rede permitirá, através das notificações obrigatórias, o levantamento, tratamento e estruturação de dados que permitirão a efetiva criação de políticas públicas voltadas ao combate, prevenção e também a avaliações criteriosas de seus resultados. É apenas através da ação e da geração de evidências que a violência será prevenida e que o campo da prevenção primária baseada em evidências poderá amadurecer.

As denúncias frequentes da prática de abusos, indicam a ausência ou baixa acessibilidade aos mecanismos de detecção e denúncia desse tipo de violência, o que contribui para o aumento da gravidade da violência e de suas consequências na vida das vítimas. Falhas no atendimento e lacunas na rede de atenção às crianças que sofrem abusos podem contribuir para sua recorrência, resultando no aumento da vulnerabilidade e da propensão dessas crianças a se tornarem vítimas de maus tratos.

Segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, em 2013, no Brasil, de cada quatro denúncias de abuso e exploração sexual infantil, uma ocorreu no Paraná. De acordo com o Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN, que tem por objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade e contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal o município de Quatro Barras apresenta sua base de dados zerada.

Na década de 1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) recebeu o mandato específico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para promover o direito à vida e à saúde dessa população, a notificação de violência doméstica, sexual e outras violências foi concebida como um importante

instrumento de proteção de crianças e adolescentes, e não de denúncia e punição. Estabelecida pelo setor da saúde, a notificação compulsória da violência contra a criança e o adolescente, deve ser aceita como um instrumento de garantia de direitos e de proteção social de crianças e adolescentes. Garantindo aos profissionais de saúde, assim como do campo da educação, da assistência social, dos Conselhos Tutelares e da justiça, adotarem medidas de cuidado às vítimas da violência. Notificar implica em dividir e partilhar com os vários setores da sociedade a responsabilidade de proteger crianças e adolescentes. O seguimento à notificação para a rede de cuidados e proteção está relacionado à organização dos serviços e dos fluxos internos, sendo fundamental o trabalho em equipe multiprofissional para acompanhamento adequado dos casos. No contexto da vigilância, a notificação compulsória da violência tem como princípio a utilização imediata da informação no local onde é gerada, além da alimentação dos bancos de dados nacionais. O objetivo é permitir análises mais gerais que orientem o planejamento e o estabelecimento de ações necessárias ao conjunto ou grupos específicos da população brasileira, em situações correntes ou emergenciais. A partir das informações registradas no sistema de notificação, torna-se possível dimensionar a magnitude da violência, planejar o investimento em projetos de prevenção e assistência, garantir os direitos de crianças e adolescentes e financiar pesquisas e ações na rede de proteção.

O projeto será executado em nove meses, sendo que os três primeiros meses deverão servir para que a entidade promova toda a estruturação necessária ao desenvolvimento do projeto, no mais, serão cinco meses de atendimento efetivo, um mês para reavaliação do projeto.

A continuidade do projeto deverá ser reavaliada após esse período levando em consideração o alcance ou não dos objetivos específico estudando de forma relevante os elementos que favoreçam a continuidade do projeto e seus resultados a longo prazo. A atestação da execução do Programa será de responsabilidade dos membros integrantes da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) onde os mesmos deverão ser indicados e designados

para tal fim, e deverão levar em consideração o relatório mensal emitido pela Comissão. Quando do término do Programa, a Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) encaminhará o relatório conclusivo sobre os resultados do Programa às secretarias responsáveis pela execução do mesmo no prazo de trinta dias.

É importante reavaliar o público-alvo, se houve ou não benefícios diretos com as atividades oferecidas pelo projeto, bem como os beneficiados indiretos.

Nos meses iniciais a prefeitura deverá compor o núcleo de atuação de acordo com a disponibilidade de cada secretaria, o espaço físico disponível e indicar critérios seletivos da equipe técnica que irá compor o projeto. Deverão ser definidos os procedimentos de rotina das diversas atividades que irão compor a forma de atendimento que será desempenhada. Para tanto devem ser detalhados os recursos humanos, carga horária, atividades propostas para o alcance das metas, prazos para a implantação e pleno funcionamento do serviço proposto.

4.1 Cronograma de implantação

ATIVIDADE	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09
Designar local apropriado	X								
Seleção da equipe técnica	X	X							
Ato oficial de nomeação			X						
Procedimentos de rotina	X	X	X						
Atividades a serem desenvolvidas	X	X	X						
Carga horária	X	X	X						
Início do desenvolvimento das atividades				X					
Estudos de casos					X				
Macro reunião				X					
Micro reunião					X				
Campanhas de conscientização							X	X	
Capacitação de multiplicadores							X	X	
Busca de colaboradores				X	X	X	X	X	
Avaliação dos resultados									X

QUADRO 1 – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

FONTE: o Autor (2016)

4.1.2 Recursos

O programa responsável pelo envio de informações ao governo federal, SINAN, deve ser administrado pela Secretária de Saúde, alimentado pela vigilância sanitária, porém, a verba para o andamento da rede, capacitação, campanhas de prevenção e informação, deslocamento e demais despesas deve ser custeado pelas secretárias envolvidas nas ações e demais sujeitos que compõe a rede. Afinal, uma das definições da rede é justamente o compartilhamento de poder e de recursos humanos e materiais de um conjunto, formal ou informal de atores, grupos e instituições, em busca de um objetivo comum. Mas também é importante saber que apenas ação conjunta não constitui parceria. A parceria exige acordos e um investimento de recursos que vão além de uma ação conjunta. O fato de haver dados no sistema gera a possibilidade de adesão a programas que disponibilizarão verba para as ações necessárias. Por tanto, todos os atores envolvidos deverão reservar dotação orçamentária para este fim, esta previsão de dotação deverá ser feita durante o período de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo setor financeiro de cada secretaria envolvida e encaminhada à Câmara de Vereadores para posterior aprovação de valores.

4.1.3 Resultados esperados

É importante que no início de suas vidas crianças e adolescentes tenham acesso a cuidados básicos de saúde e educação de qualidade, como forma de garantir oportunidade ampla de desenvolvimento de suas capacidades individuais em ambiente acolhedor e protegido.

Espera-se que com a ativação da rede, as crianças e adolescentes tenham acesso a sistemas de saúde eficientes, justos e sustentáveis em suas comunidades e que protegidas da violência, desenvolvam-se de forma justa.

Que suas famílias e elas próprias, tenham acesso a informações e serviços que promovam um estilo de vida saudável.

Corrigir o problema da sub-notificação nos indicadores da área de saúde, qualificando o sistema de informação existente é outro resultado esperado. Com os dados gerados através do sistema, será possível desenvolver e implementar políticas públicas de desenvolvimento e programas que assegurem a proteção física, social, emocional, espiritual e cognitiva das crianças e adolescentes. Espera-se desenvolver um ambiente que proteja as crianças e adolescentes de todas as formas de maus-tratos, abandono, exploração e violência, incluindo exploração sexual, pedofilia, tráfico e sequestro.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

Muitas razões podem ser responsáveis por um possível fracasso das redes de cooperação, podendo alguns problemas terem maior expressão. Por exemplo:

1. Incompatibilidade entre os atores;
2. Estabelecimento de acordos em condições forçadas;
3. Não definir claramente uma estratégia e uma estrutura de cooperação;
4. Defender de forma incondicional uma posição;
5. Abusos de poder e perda de autonomia;
6. Supervisão inadequada do funcionamento da cooperação;
7. Controle ineficaz da implementação das ações e do funcionamento das estruturas;
8. Não tratar de forma adequada os aspectos da transferência de informação entre os atores.

Por outro lado, muitas condições podem garantir o êxito de uma rede, podendo ser usadas como medidas para corrigir os problema existentes:

1. Definir os objetivos de cada ator da rede, a fim de garantir clara e precisamente a divisão de poderes, dos resultados e das tomadas de decisões.
2. Firmar acordos de cooperação, elaborar planos de ação reforçando os pontos fortes de cada integrante, garantindo uma estrutura operacional de funcionamento, adequada às finalidades da rede e à capacidade de cada ator;
3. Assegurar o repasse de recursos para o adequado funcionamento da rede;
4. Garantir o repasse de informações e conhecimento de forma flexível às estruturas e aos fluxos, fazendo com que as informações cheguem de forma eficaz para todos os elos pertencentes à rede;
5. Selecionar adequadamente os elos intervenientes, elaborando, o quanto possível, uma gestão autônoma e dinâmica;
6. Assegurar, continuamente, apoio à filosofia e aos princípios da rede;
7. Criar um mecanismo de controle, prático, mas eficaz, que possibilite a revisão do funcionamento da rede, bem como dos objetivos de cooperação, permitindo a redefinição de estratégias, sempre que houver a alteração dos princípios básicos;
8. Determinar a forma e o alcance da rede, com a finalidade de prevenir a sua dissolução.

4. Considerações Finais

A formação da rede de Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente aparece como uma forma de reunir todos os recursos e competências necessárias para uma oferta compatível com a demanda do município de Quatro Barras no que se relaciona ao empoderamento de famílias, capacitação de atores e sujeitos, prevenção da violência em todas as suas faces e a na modernização do atendimento.

Com a estruturação e funcionamento pleno da rede, a geração de dados possibilitará a criação de novas políticas públicas que atenderão as demandas

e reduzirão os índices de violência. A rede também permitirá a formação de relações pessoais de valor intangível e não econômico, do fortalecimento de relações sociais permanentes gerando sentimento comunitário sólido.

Portanto, não se trata da criação de um novo serviço, mas de estruturar e dar início ao trabalho no sentido de estruturar uma rede de proteção à criança e ao adolescente, capaz de prevenir, agir, intervir e inibir reincidências nos casos de violência. A rede também deve estar preparada para dar suporte a vítimas e agressores, encaminhar para os serviços responsáveis por trabalhar a superação das causas e atenuação de sequelas da violência.

Assim, a intervenção de vários atores como: educadores, médicos, professores, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, dentistas, enfermeiros, pedagogos, advogados, juízes, conselheiros tutelares, de diversas instituições governamentais e não-governamentais é muito importante.

O interesse geral é entendido como a soma de interesses individuais.

Referências Bibliográficas

MALMEGRIN, M. L. Gestão de redes de cooperação na esfera pública / Maria Leonídia Malmegrin. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.103p.: il.

MINHOTO, L.; MARTINS, C. As Redes e o Desenvolvimento Social, n.022, São Paulo, p. 81, 2001.

ROSSONI, L. A Dinâmica de Relações no Campo da Pesquisa em Organizações e Estratégia no Brasil: Uma análise institucional. 2006. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Paraná, UFPR. Paraná: 2006.

ROSSONI, L.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; FERREIRA JUNIOR. Aspectos Estruturais da Cooperação entre Pesquisadores no Campo de Administração Pública e Gestão Social: Análise das Redes entre Instituições no Brasil. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, São Paulo, 2006.

Guia de Prevenção de violência Sexual Disponível em:<<http://new.netica.org.br/prevencao/cartilha/guia-de-referencia-prevencao-vilencia-sexual.pdf>> Acesso em: 05/01/2016

MOURA, S. Inovações municipais em tempos de democratização e crise: novos cenários da gestão urbana. *Análise e Dados*, n. 1, p. 127-134, jun.1993.

Relatório das Nações Unidas sobre a violência contra a criança. Disponível em:<<http://www.promenino.org.br/servicos/biblioteca/relatorio-das-nacoes-unidas-sobre-a-violencia-contra-criancas-problema-global>> Acesso em:22/01/2016

Disponível em:http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf Acesso em: 16/02/2016

Notificações obrigatórias. Disponível em:<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ministerio-da-saude/sistema-de-informacoes-de-agrivos-de-notificacao-sinan.html> Acesso em:13/02/2016

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de Azevedo. *Infância e violência doméstica. O que os profissionais querem saber*. São Paulo: IPUSP/Laboratório de Estudos da Criança, 1994.

CONANDA. *Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência*. Brasília: CONANDA, 2000.

COSTA, João de Jesus da (Coord.) *Rompendo o silêncio*. Seminário multiprofissional de capacitação sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. São Luís: CDCA, Centro de Defesa Pe.Marcos Passerini, Procuradoria Geral da Justiça. 1997.

COSTA, Liana Fortunato e ALMEIDA, Tânia Mara Campos de (Orgs). *Violência no cotidiano. Do risco à proteção*. Brasília: Universa, 2005.

GRANDESSO, Marilene, BARRETO, Miriam Rivalta (org). Terapia Comunitária – Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. Redes Sociais de Desenvolvimento Comunitário - Uma forma estratégica de transformação social é a articulação de redes intersetoriais. Disponível em <http://www.idis.org.br/iscom/redes-sociais-de-desenvolvimento-comunitario>.

WITTMAN, Milton L. et al. Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades. In: WITTMAN, Milton Luiz; RAMOS, Marília P. (Orgs.). Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

Dolabella, Silvio Santana. Introdução a Saúde/ Silvio Santana, Satie Katagiri, Luciene Barbosa, -- São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011. 1. Medicina. 2. Saúde pública. 3. Epidemiologia. 4. imunologia. I. Katagari, Satie. II. Barbosa, Luciene. III. Título

Portal da Transparência. Disponível em: <http://200.150.67.99:32777/portaltransparencia>. Acesso em: 10/02/2016